



Serviço Público Federal  
Ministério do Turismo  
Secretaria Especial da Cultura  
Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional

Coordenação Técnica do IPHAN-RJ  
Assessoria de Patrimônio Imaterial

**PARECER TÉCNICO** nº 345/2021/COTEC IPHAN-RJ/IPHAN-RJ

**ASSUNTO:** Parecer Técnico de Reavaliação para Revalidação do Jongo no Sudeste

**REFERÊNCIA:** Proc. 01450.001872/2021-92

*Rio de Janeiro, 06 de outubro de 2021.*

## **I. Introdução**

Este Parecer Técnico visa fornecer informações sobre o Jongo no estado do Rio de Janeiro, de modo a subsidiar o processo de Revalidação do Jongo no Sudeste, seguindo os trâmites estabelecidos pela Resolução nº 05, de 12 de julho de 2019. O Parecer segue as orientações da NOTA TÉCNICA nº 25/2021/COREG/CGIR/DPI (2801565), de 09/07/2021.

## **II. Metodologia adotada**

Para a formulação deste Parecer Técnico, mobilizamos as/os detentoras/es participantes da Salvaguarda do Jongo no Rio de Janeiro através do grupo de whatsapp que a Assessoria de Patrimônio Imaterial do IPHAN-RJ mantém com as lideranças jongueiras, do qual participam 26 detentoras/es. Devido ao atual contexto de pandemia da Covid-19, que impossibilita a realização de encontros presenciais, todas as reuniões foram realizadas de maneira virtual. A primeira reunião ocorreu no dia 23/07/2021, ocasião na qual buscamos esclarecer o processo de Revalidação do Jongo no Sudeste, bem como as principais questões que deveriam ser abordadas no Parecer a ser redigido pela equipe técnica de Patrimônio Imaterial do IPHAN-RJ. Nesta ocasião, estiveram presentes dez detentoras/es, representando oito comunidades jongueiras.

A metodologia adotada abarcou duas estratégias: o envio de um questionário às lideranças jongueiras que participam da Salvaguarda do Jongo no estado do Rio de Janeiro; e a realização de reuniões virtuais voltadas para temas específicos, de modo a propiciar o debate entre as lideranças.

O questionário foi elaborado pela equipe técnica e disponibilizado às lideranças jongueiras através da ferramenta GoogleForms, abarcando trinta questões divididas nos seguintes blocos temáticos: 1) Informações atualizadas sobre os grupos, suas lideranças e seus componentes - onze questões; 2)

Situação pós-Registro - informações sobre as mudanças ocorridas nos grupos e em suas práticas culturais após o Registro do Jongo como Patrimônio Cultural Imaterial - nove questões; 3) Avaliação da Salvaguarda - incluindo as ações desenvolvidas com o Pontão de Cultura do Jongo/Caxambu (2008-2012) e pelo IPHAN-RJ (a partir de 2013) - oito questões; 4) Desafios e recomendações para a Salvaguarda futura - duas questões.

O questionário foi enviado em 28/07/2021 através da ferramenta GoogleForms, e também em formato de word (atendendo a pedidos de lideranças jongueiras que consideraram que tal formato facilitaria o preenchimento), via e-mail e whatsapp. Enviamos também o Plano de Salvaguarda do Jongo no Sudeste, elaborado em 2011 no âmbito dos Convênios com o Pontão de Cultura do Jongo/Caxambu. O prazo para o preenchimento do questionário foi acordado com as lideranças jongueiras para 06/08/2021, tendo sido plenamente atendido pelas quatorze comunidades participantes da Salvaguarda.

As reuniões virtuais, por sua vez, ocorreram ao longo do mês de agosto, abordando as seguintes temáticas:

10/08/2021 - Religiosidade, racismo e intolerância religiosa - participação de seis detentores, representando cinco grupos.

13/08/2021 - Transmissão de saberes e possibilidade de identificação de novos grupos - participação de seis detentores, representando seis grupos.

17/08/2021 - Relação com o mercado de entretenimento e “espetacularização” das rodas - participação de sete detentores, representando seis grupos.

20/08/2021 - Avaliação do processo de Salvaguarda - participação de seis detentores, representando cinco grupos.

Após finalizado, este Parecer Técnico foi enviado a todas as lideranças jongueiras, por whatsapp e e-mail. Em 05/10/2021 realizamos mais uma reunião virtual, para a devolutiva do Parecer Técnico. Nesta ocasião, estiveram presentes quatro detentoras/es.

Gostaríamos de ressaltar que as reuniões virtuais para debate das temáticas tiveram a participação, em média, de seis a sete detentores/as. Ainda que seja um baixo quantitativo, os debates realizados complementam as informações disponibilizadas pelo questionário - respondido por todos os quatorze grupos participantes da Salvaguarda. Além disso, existe considerável produção acadêmica sobre o jongo no Rio de Janeiro, material que foi consultado para a produção deste Parecer. Acreditamos, portanto, que a metodologia adotada permitiu que este Parecer Técnico desse conta de fornecer uma avaliação geral da situação atual do Bem Cultural e do processo de Salvaguarda realizado até o momento.

Considerando, porém, que as atuais circunstâncias impostas pela pandemia da COVID-19 impossibilitaram a realização de reunião presencial com todas as lideranças jongueiras do estado do Rio de Janeiro para a construção deste Parecer, permitindo que apenas as lideranças que tem domínio e acesso à internet pudessem participar do debate neste momento, posteriormente à Revalidação será necessário retomar a articulação com as/os detentoras/es, de modo a aprofundar o diálogo desenvolvido ao longo da produção deste Parecer. Em especial, tal articulação será fundamental para a revisão e atualização do Plano de Salvaguarda do Jongo no Rio de Janeiro.

### **III. Contextualização e descrição dos grupos de jongo no estado do Rio de Janeiro**

Na ocasião de realização do Inventário Nacional de Referências Culturais (INRC) do Jongo no Sudeste, conforme consta no Dossiê (DPI/IPHAN, 2007), sete grupos foram visitados no estado do Rio de Janeiro: Grupo Cultural Jongo da Serrinha (Rio de Janeiro), Quilombo São José da Serra (Valença), além dos grupos Associação Cultural Sementes D'África (Barra do Pirai), Caxambu de Miracema

(Miracema), Jongo de Pinheiral (Pinheiral), Caxambu Sebastiana II (Santo Antônio de Pádua), Quilombo Santa Rita do Bracuí (Angra dos Reis) e o grupo de Mambucaba (Angra dos Reis). Ainda conforme o Dossiê, os grupos de jongo dos estados de São Paulo e Rio de Janeiro se articulam pelos menos desde 1996, através dos chamados Encontros Jongueiros. Desse modo, a Salvaguarda realizada pelo IPHAN no Rio de Janeiro fortaleceu uma rede já existente anteriormente ao Registro.

Atualmente, quatorze grupos de Jongo/Caxambu participam da Salvaguarda realizada pelo IPHAN no estado do Rio de Janeiro. Além dos identificados no momento do Registro - com a exceção do grupo de Mambucaba (Angra dos Reis) - foram incluídos sete grupos: Jongo Tambor de Machadinha (Quissamã); Jongueiros da Cachoeira (Arrozal); Jongo/Caxambu Michel Tannus (Porciúncula); Jongo Congola (Campos dos Goytacazes); Caxambu Renascer de Vassouras (Vassouras); Caxambu do Salgueiro (Rio de Janeiro); Jongo Caxambu Herdeiros d’Maria (Natividade). Ainda que não tenha sido realizado um trabalho sistemático de identificação de grupos, teve curso uma ampliação da política de salvaguarda ocorrida de maneira espontânea, com a inclusão de novos grupos a partir de sua identificação e reconhecimento pelas/os próprias/os detentoras/es. No tópico intitulado “identificação de novos grupos”, buscaremos trazer algumas reflexões sobre a possibilidade de identificação futura de grupos de jongo ainda não incluídos na Salvaguarda realizada pelo IPHAN no Rio de Janeiro.

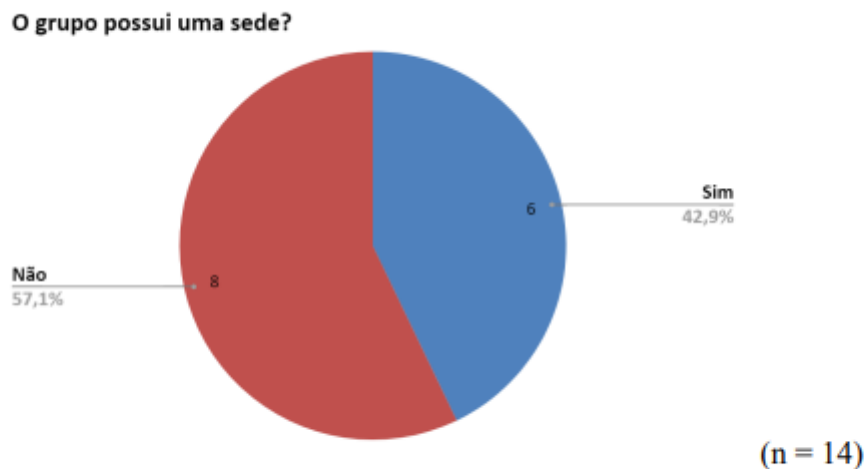
A distribuição territorial das comunidades jongueiras está diretamente relacionada às antigas fazendas de café do Vale do Paraíba - marcadas pela escravização de africanos -, à formação dos quilombos, e a processos migratórios pós-abolição. Nesse sentido, a publicação “Pelos Caminhos do Jongo”, que foi fruto de oficina realizada no âmbito da Salvaguarda do Jongo no Sudeste, propõe o seguinte exercício:

se sobrepusermos o mapa dos territórios do jongo com as estradas de ferro do século XIX e início do XX, o que veremos? Muitos grupos jongueiros migraram após a abolição, devido às facilidades proporcionadas pela chegada do trem. Buscavam melhores condições de vida em outras regiões, especialmente nas periferias das cidades, que podiam ser mais ou menos próximas das antigas fazendas de trabalho. Por isso, temos ainda hoje nas cidades do Vale do Paraíba, como Barra do Pirai, Pinheiral, Guaratinguetá, ou mesmo na Baixada Fluminense e em regiões próximas ao centro da cidade do Rio de Janeiro (nos morros cariocas, como a Serrinha), a presença da memória do jongo e de outras expressões culturais dos tempos do café, como o calango e a folia de reis. Se perguntarmos a respeito das origens de muitos jongueiros, foliões de reis e calangueiros, teremos respostas que nos levarão às antigas fazendas de café do Vale do Paraíba, e à descoberta de seus pais e avós que chegaram ali de trem. (Abreu e Mattos, 2008:11)

Destaca-se, nesse sentido, que o jongo ocorre em cidades pequenas e zonas rurais, mas também está presente em favelas do município do Rio de Janeiro - além do Jongo da Serrinha, no Morro da Serrinha em Madureira, foi recentemente agregado ao coletivo da Salvaguarda do IPHAN o Caxambu do Salgueiro, localizado no morro de mesmo nome, no bairro da Tijuca. Além disso, dos quatorze grupos participantes da Salvaguarda, três fazem parte de comunidades quilombolas: Jongo Tambor de Machadinha (Quissamã); Jongo do Quilombo São José da Serra (Valença); e Jongo do Quilombo Santa Rita do Bracuí (Angra dos Reis). Desses, somente o Quilombo São José da Serra possui a titulação de terras demarcada pelo INCRA, o que ocorreu em 2015. Os quilombos de Santa Rita do Bracuí e Machadinha, certificados pela Fundação Palmares em 1999 e 2003 (respectivamente), não possuem, ainda, demarcação. O caso do Quilombo São José da Serra é expressivo da visibilidade do jongo como estratégia na luta pela terra e pelo reconhecimento da identidade negra de descendentes de escravizados (Mattos e Abreu, 2011: 148). Para os dois outros grupos, a garantia da terra ainda se configura como uma luta para as/os jongueiras/os.

Destacamos, ainda, que dos quatorze grupos participantes da Salvaguarda, seis possuem sede própria: Jongo do Quilombo São José da Serra (Valença), Jongo da Serrinha (Rio de Janeiro), Congola (Campos dos Goytacazes), Caxambu de Miracema (Miracema), Caxambu do Salgueiro (Rio de Janeiro), e Associação Cultural Sementes d’África (Barra do Pirai). Para os grupos que não possuem sede própria, configuram-se desafios específicos, que serão desenvolvidos ao longo deste Parecer. Ressaltamos que nem sempre a sede permite a realização das rodas e ensaios, pois, às vezes, tem tamanho reduzido. Os

grupos que não possuem sede própria se reúnem em diferentes espaços, como espaços culturais cedidos pelas prefeituras, em casas emprestadas ou de membros dos grupos, espaços alugados, ou em quadras de comunidades e escolas.



Fonte: elaborado pela equipe técnica de Patrimônio Imaterial do IPHAN-RJ a partir de questionário aplicado a comunidades jongueiras (2021)

No que se refere à composição interna dos grupos (ver Anexo I), identificamos que estes possuem entre dezoito (Congola - Campos dos Goytacazes) e cerca de duzentos integrantes (Jongo da Serrinha - contabilizando “educadores, mestres jongueiros, alunos e integrantes dos grupos artísticos”, conforme resposta ao questionário aplicado). O mais comum é o grupo ter entre 25 e 40 integrantes.

Em relação à composição etária, identificamos uma diversidade de realidades (ver Anexo I). Os grupos de Quissamã, Porciúncula, Serrinha e Natividade possuem quantidade expressiva de crianças, adolescentes e jovens entre seus componentes. Os grupos de Arrozal, Barra do Piraí, Angra dos Reis e Vassouras tem a maior parte de seus membros na faixa etária entre 31 a 59 anos. Os grupos de Pinheiral e Santo Antônio de Pádua, bem como o Caxambu do Salgueiro, são os grupos cuja composição etária principal se encontra acima dos 60 anos de idade. Os grupos de Valença e Miracema, por sua vez, possuem uma composição etária interna bastante diversificada.

Uma tendência apontada no Dossiê era a formação de novas lideranças jongueiras, “geralmente assumidas por homens jovens, em contraste com os antigos ‘donos do jongo’, quase sempre idosos respeitados, guardiões dos tambores, e com as ‘mães’, ‘tias’ e ‘vós’ que, em gerações anteriores, foram ‘donas do tambu’” (DPI/IPHAN, 2007: 23). Nos grupos participantes da Salvaguarda no estado do Rio de Janeiro, verificamos que a tendência de surgimento de novas lideranças se fortaleceu no processo de Salvaguarda, uma vez que somente três grupos afirmaram, no questionário aplicado, não haver jovens lideranças. Destaca-se que esta é exercida sempre sob a coordenação das lideranças mais velhas, que, por sua vez, parecem ver com bons olhos a participação dos mais jovens em reuniões de articulação. As/os mais velhas/os expressaram o entendimento, por exemplo, de que os jovens possuem maior facilidade no uso de tecnologias digitais, que se tornaram especialmente importantes no atual contexto da pandemia de covid-19. Dividir a liderança e participação com os jovens foi apontado como um aspecto positivo pelas lideranças jongueiras mais velhas, que desse modo se sentem menos sobrecarregadas. Assim, por um lado, podemos afirmar que a formação de jovens lideranças não significa a relativização do respeito às/aos mais velhas/os, um dos valores essenciais no Jongo. Conforme o Dossiê:

O respeito aos integrantes mais velhos de cada grupo e, especialmente, aos jongueiros velhos falecidos, sempre lembrados nas rodas, é um indício de afiliação dessa forma de expressão a sistemas de crenças de origem banta. (DPI/IPHAN, 2007: 37)

Por outro lado, alguns mestres expressaram o entendimento de que as/os mais velhas/os não estão recebendo o reconhecimento necessário, reivindicando mais ações e políticas públicas voltadas

para este grupo etário, que enfrenta desafios, por exemplo, de ordem financeira.

No que se refere a gênero, há uma prevalência expressiva de mulheres em praticamente todos os grupos, com exceção dos grupos de Arrozal e Porciúncula, com proporção de homens e mulheres mais equilibrada. Nenhum grupo possui prevalência de homens em sua composição (ver Anexo I). Entendemos que seria necessário maior aprofundamento de pesquisa de modo a apreender os papéis de gênero que se desenham nas comunidades jongueiras. No momento, destacamos a centralidade das mulheres nos processos educativos, que vem sendo apontada por algumas pesquisas (ver Perez, 2005; Passos, 2004).

#### IV. Possibilidade de identificação de novos grupos

As lideranças jongueiras consideram que o principal critério para identificação de outros grupos, para que passem a participar da política de salvaguarda no estado, é que estes devam ser tradicionais. Para essas lideranças, tal característica significa que o grupo tenha sido fundado em um passado distante e que tenha conseguido preservar até a atualidade o conhecimento e as práticas do Jongo, tal qual criados e transmitidos pelos seus antepassados. Para as lideranças, um fator importante para um grupo de Jongo ser considerado tradicional é que possuam uma genealogia de suas lideranças mais velhas já falecidas. Esse entendimento é ilustrado pela fala de Emerson, liderança do Caxambu do Salgueiro: *“O tempo de ancestralidade [...] tem seu devido peso”*. A partir do conhecimento de lideranças mais velhas - vivas ou já falecidas -, seria possível resgatar essa ancestralidade do grupo, sua *“raiz”*.

Isso significa que, no entendimento das lideranças jongueiras, os grupos com poucos anos de fundação, nos quais não seja possível traçar sua ancestralidade, a partir de seus mestres mais velhos, não deveriam ser incluídos na salvaguarda realizada junto ao IPHAN. Cabe ressaltar que, mesmo que interrompida em algum momento, a herança familiar pode ser resgatada, formando *“novos”* grupos que atendem ao critério de ancestralidade - podendo, portanto, ser incluídos no coletivo da Salvaguarda. Mestre Toninho Canecão, do Quilombo São José da Serra, em Valença, diz: *“um grupo tem que ter história, se não tiver história é complicado. Se a pessoa chegar numa roda de Jongo e não puder falar da vovó e do vovô ele vai ficar perdido, vai ficar pelo caminho”*.

Ao serem perguntadas sobre grupos que, na opinião delas, poderiam ser incluídos na salvaguarda, as lideranças jongueiras apontaram alguns, o que indica que não estão fechadas à possibilidade de entrada de outros grupos no coletivo de salvaguarda, desde que sejam tradicionais, ou seja, que as práticas tenham raízes na ancestralidade. Consideramos que a seguinte fala do Mestre Toninho Canecão sintetiza a razão dessa preocupação: *“tem pessoas que estão entrando no grupo apenas para levar vantagem e a gente não, a gente é pra assegurar um passado e dar continuidade ao Jongo, à coisa que vem lá de trás”*. Como uma ferramenta para auxiliar na decisão sobre a entrada de outros grupos no coletivo da salvaguarda, algumas lideranças sugeriram que sejam realizados estudos mais aprofundados, para entender se carregam essas características que os tornariam tradicionais.

Para refletir melhor sobre essa preocupação das lideranças traremos a seguinte citação do Dossiê do bem, que reforça a importância da ancestralidade para o Jongo:

O jongo é uma forma de louvação aos antepassados, consolidação de tradições e afirmação de identidades. Ele tem raízes nos saberes, ritos e crenças dos povos africanos, principalmente os de língua bantu. São sugestivos dessas origens o profundo respeito aos ancestrais, a valorização dos enigmas cantados e o elemento coreográfico da umbigada. (DPI/IPHAN, 2007: 14)

A descrição constante no Dossiê reforça, ainda, que se trata de uma manifestação cultural criada por negros escravizados e imbrincada ao seu passado de resistência. Além disso, o Jongo congrega elementos provenientes das culturas africanas, trazidas pelos negros e negras cativos. Desse modo, para essas lideranças jongueiras do estado, manter vivo o Jongo tradicional é preservar a história de resistência do negro no Brasil e uma parte da cultura afro-brasileira. No entendimento deles, caso haja um afrouxamento na entrada para o coletivo da salvaguarda, de grupos de Jongo que não sejam

tradicionais, existe um risco de esvaziamento dessa série de significados do Jongo, relacionados à cultura e história afro-brasileira.

Esse esforço dos grupos em preservar o jongo em sua forma tradicional está alinhado com suas respostas sobre eventuais alterações nas danças, nos pontos cantados e nos tambores após o Registro em 2005. Os grupos em geral afirmam que não houve mudanças, destacando a ligação estreita das práticas culturais realizadas pelos grupos à tradição, repassada de geração em geração, o que é indicativo da continuidade dos saberes relacionados ao Bem Cultural. A título de exemplo, e para reforçar esses laços com a tradição e a ancestralidade, as/os jongueiras/os destacam o 13 de maio, dia da abolição da escravidão, como o principal dia de celebrações do jongo. Noinha, liderança do Jongo Congola (Campos dos Goytacazes), mencionou que há mudanças nos cânticos, com a composição de letras que trazem aspectos da atualidade, o que representa uma continuidade com o caráter de resistência do jongo.

**Consideramos que, após a Revalidação, podem ser pensadas estratégias para agregar outros grupos de jongo no coletivo da Salvaguarda do Rio de Janeiro. Isso precisa ser feito, porém, com o cuidado de dialogar com as/os detentoras/es de modo a respeitar os critérios de tradição e ancestralidade por elas/eles valorizados.**

Além disso, após a revalidação do Bem Cultural, seria importante a realização de ações de salvaguarda voltadas especificamente para difusão dos grupos jongueiros para a sociedade de modo geral, como a veiculação de informações sobre cada grupo nas redes sociais do IPHAN. Desse modo, a localização desses grupos e suas características específicas – como sua história, a ligação dessa história com a de seus municípios, seus pontos cantados e danças – poderão ser conhecidos para além dos círculos mais próximos de conhecedores do Jongo e do patrimônio cultural.

## V. Transmissão de saberes

O estímulo ao aprendizado do jongo por crianças já havia sido indicado no momento do Registro do Bem Cultural, bem como a ampliação da participação para pessoas de fora das comunidades:

As crianças, por exemplo, que durante muito tempo não podiam frequentar as rodas de jongo, hoje são estimuladas a aprender o canto e a dança de seus ancestrais. E, em muitas comunidades, não é mais necessário ser filho de jongueiro para ser considerado jongueiro. A aproximação de pesquisadores e estudiosos, bem como, mais recentemente, de jovens das camadas médias urbanas, fez com que a participação em uma roda de jongo não estivesse mais limitada aos integrantes das comunidades jongueiras (DPI/IPHAN, 2007: 15).

Ainda sobre a participação de crianças, o Dossiê apontava como uma novidade a formação de grupos mirins, o que ocorre ainda hoje em algumas comunidades. De modo geral, a transmissão de saberes, práticas e significados do jongo aos mais jovens, seja através de grupos mirins, aulas e oficinas de jongo, palestras, apresentações em escolas ou festividades, é uma estratégia adotada por todos os grupos, em um processo educativo que, com diferentes graus de formalização, é marcado pela oralidade e pelo aprendizado junto às/aos jongueira/os mais velhas/os. Longe de sujeitos interditados, como no passado, as crianças se transformaram não somente em praticantes, mas em uma espécie de público-alvo das comunidades, como forma de preservação do jongo e de afirmação de pertencimentos culturais e identitários. Ressaltamos que as lideranças do grupo de Arrozal informaram que o grupo não está realizando nenhuma estratégia de transmissão de saberes, situação peculiar em relação aos outros grupos do estado. Isso se relaciona ao fato de que o grupo não possui sede própria, e também ao contexto da pandemia de Covid-19, que impossibilita a ida do grupo a escolas, o que deverá ser retomado após a pandemia.

## VI. Religiosidade, racismo e intolerância religiosa

Conforme destacado no Dossiê, o jongo/caxambu está ligado "*às visões de mundo, crenças religiosas e divertimentos*" (DPI/IPHAN, 2007: 19) das comunidades afrodescendentes. A conexão do jongo com a umbanda ocorre através da "*crença na possessão por divindades e espíritos ancestrais*" (DPI/IPHAN, 2007: 27), do repertório vocal (alguns pontos de jongo são também conhecidos em terreiros de umbanda), do uso dos tambores, bem como da filiação religiosa de membros e lideranças às religiões afro-brasileiras. O catolicismo, expresso, sobretudo, na devoção a santos católicos, é outro campo religioso imbricado nas práticas do jongo, em convivência com elementos de religiões de matriz africana. A prática das rezadeiras é um dos resultados das interações entre esses dois campos, sendo ora associada a elementos de religiões de matriz africana, ora ao chamado catolicismo popular (Carmo, 2012). Nota-se, ainda, que o jongo ocorre em festas de santos católicos e divindades afro-brasileiras. O dia 13 de maio, por exemplo, além de marcar a abolição da escravidão, é também dia dos pretos-velhos na umbanda e é data de festividades nas comunidades jongueiras do Rio de Janeiro. Além disso, as comunidades jongueiras celebram os dias de diversos santos católicos, como, por exemplo, São Benedito, Santo Antônio, São João, São Jorge, Nossa Senhora do Rosário, Nossa Senhora Aparecida, entre outros, conforme pudemos apreender pelas respostas ao questionário aplicado. Alguns grupos também celebram missas afro em suas comunidades.

As lideranças jongueiras do estado do Rio de Janeiro enfatizaram, nas reuniões realizadas para a produção deste Parecer, não haver impedimento para que adeptos de quaisquer religiões participem das rodas de jongo, sendo comum a existência, nas comunidades jongueiras, de umbandistas, candomblecistas e católicos. Pode-se afirmar, em que pese as especificidades de cada comunidade, que a construção identitária ocorre, de maneira geral, pela apropriação de elementos de religiões de matriz africana e do catolicismo.

As/os jongueiras/os enfatizaram, porém, as diferenças entre *religiosidade* e *religião*. Por um lado, são unânimes em afirmar a relação do jongo com a religiosidade de matriz africana, anterior à própria formação da umbanda como religião, e que se expressa no respeito à natureza, aos ancestrais e aos mais velhos. As fronteiras entre jongo e umbanda, enquanto *religião*, por sua vez, conforme já apontava o Dossiê, são constantemente negociadas: "*os jongueiros explicam que jongo e umbanda são próximos, mas não se confundem*" (DPI/IPHAN, 2007: 37).

No Rio de Janeiro, a relação do jongo com a umbanda, enquanto *religião*, é assumida em diferentes graus, em um processo de negociação de fronteiras que não é homogêneo entre os grupos. Nesse sentido, algumas lideranças se preocupam em delimitar fronteiras entre o jongo e a umbanda, enquanto outras afirmam uma aproximação entre os dois. A preocupação, por parte de algumas lideranças, em delimitar fronteiras entre jongo e umbanda deve ser compreendida, em parte, pela diferenciação entre *religiosidade* e *religião*, acima mencionada. Não se deve excluir da explicação, porém, o preconceito existente, na sociedade brasileira, em relação às religiões de matriz africana. Leonardo, jovem liderança do Caxambu de Miracema, por exemplo, destaca o esforço de sua matriarca (mãe-de-santo e rezadeira), Dona Aparecida Ratinho, já falecida, em separar o jongo da umbanda, "*até por causa do preconceito*". Nesse sentido, quando passam a narrar os casos de intolerância religiosa sofrida, é comum a associação entre jongo e "macumba", termo utilizado de maneira pejorativa por pessoas de fora das comunidades. Separar o jongo da umbanda, portanto, além de dizer respeito a um modo próprio de religiosidade - que não está preso a uma só religião -, também pode ser uma estratégia de proteção à intolerância e ao racismo religioso, uma vez que são recorrentes os casos de associação do jongo/caxambu à "macumba", rechaçada, sobretudo, por adeptos de religiões evangélicas neopentecostais.

Em tensão com tal separação, outras lideranças proferem discursos no sentido de afirmar a conexão entre jongo e umbanda. Leonardo, por exemplo, destaca a figura dos pretos-velhos: "*é nos terreiros de umbanda, através dos preto-velhos, que o jongo se mantém vivo*". Além dos pretos-velhos, os tambores e os pontos são também acionados como elementos de aproximação entre jongo e umbanda.

O rechaço a saberes tradicionais associados a práticas culturais e religiosas negras é uma realidade histórica, descrita no Dossiê: "*quando esses trabalhadores eram escravos nas fazendas do vale cafeeiro, suas formas de expressão haviam sido objeto de repressão direta, alternada com tolerância supervisionada*" (DPI/IPHAN, 2007: 21). A intolerância religiosa, fruto do racismo, é, ainda hoje, um

problema recorrente. Mesmo os grupos que ainda não passaram por alguma situação do tipo entendem que isso pode vir a ocorrer - se configurando, nesse sentido, como uma ameaça. Os impactos do racismo e da intolerância religiosa para os grupos incluem problemas de ordem psicológica/baixa auto-estima das/dos jongueiras/os que passam por esse tipo de situação; desestímulo a fazer apresentações por medo da intolerância; e desafios à transmissão de saberes para novas gerações, uma vez que há relatos de que pessoas adeptas a religiões evangélicas neopentecostais muitas vezes não permitem que seus filhos participem de rodas ou oficinas de jongo, devido à percepção de aspectos da umbanda e do candomblé nesta prática cultural.

As/os jongueiras/os percebem o racismo como um problema de ordem estrutural, e, portanto, de difícil resolução. A lei 10.639/03, instituída em janeiro de 2003 - antes, portanto, do Registro do Jongo -, torna obrigatório o ensino da história e cultura afro-brasileira, como parte do currículo oficial da rede de ensino (Brasil, 2003). A existência dessa lei, porém, não impede a ocorrência de casos de racismo e intolerância religiosa dentro das escolas, quando os grupos de jongo fazem oficinas e apresentações nesses espaços - conforme relatou, por exemplo, Noinha, liderança jongueira do grupo Congola, de Campos dos Goytacazes. As/os jongueiras/os atribuem isso à falta de conscientização de professoras/es e gestoras/es da educação. O grupo de Congola citou a criação da Subsecretaria de Igualdade Racial e Direitos Humanos - SIRDH - "*onde tem sido desenvolvido um trabalho significativo de combate ao racismo e a intolerância religiosa*" - , mas, em geral, as/os detentoras/es consideram que houve pouco ou nenhum avanço em relação a este problema - conforme indicam as respostas ao questionário aplicado. Por isso, apontam como possível estratégia de combate ao racismo e à intolerância religiosa educar as pessoas sobre a *religiosidade* presente no jongo e promover uma conscientização antirracista e que valorize o patrimônio cultural de matriz africana, em especial entre professoras/es. Além disso, a difusão do jongo/caxambu é vista pelas/os jongueiras/os como um modo de promover um maior reconhecimento da sociedade mais ampla, o que ajudaria a mitigar o racismo e a intolerância religiosa.

Outra estratégia apontada pelas/os jongueiras/os é o fortalecimento dos membros dos grupos para lidar com esse tipo de situação a partir dos valores próprios do jongo - "*não responder violência com mais violência*", "*não se deixar abater*". O fortalecimento mencionado pode também ser pensado como um fortalecimento em rede, através da viabilização de espaços em que os grupos possam trocar sobre essas experiências de violência sofridas e possam se apoiar mutuamente, buscando soluções coletivas e que estejam de acordo com os valores e saberes do jongo. Tais espaços poderiam também ser espaços de conscientização sobre os direitos das/dos jongueiros e a possibilidade de denunciar tais casos na esfera jurídica - sendo necessário, porém, compreender e respeitar o fato de que não necessariamente essa será a saída considerada a mais adequada pelas/os próprias/os jongueiras/os.

Assim, podemos pensar em três pilares para o combate a essa ameaça ao jongo: a) fortalecimento dos jongueiros, com a criação de uma rede de apoio e de conscientização sobre seus direitos; b) ações de educação antirracista e de combate à intolerância religiosa, sobretudo em escolas; c) ações de promoção e difusão do jongo para a sociedade mais ampla.

## **VII. Relação com o mercado de entretenimento e "espetacularização" das rodas**

Conforme apontado no Dossiê, desde antes do Registro a realização de apresentações artísticas era uma realidade para algumas comunidades jongueiras, que adaptavam a roda de jongo ao formato de espetáculo, o que contribuiu para a difusão do jongo para outros círculos (DPI/IPHAN: 2007). O Dossiê menciona que o diálogo com o universo do entretenimento colocava o desafio "*de manter os fundamentos de sua prática*" (DPI/IPHAN, 2007: 15), e era uma questão tratada de forma crítica pelas/os jongueira/os, àquela época - não chegando, porém, a detalhar o teor dessas críticas. No tópico VII, no qual retomaremos os Encontros de Jongueiros realizados anteriormente ao Registro, contextualizaremos brevemente tais críticas.

A chamada "espetacularização" das rodas não é um fenômeno novo, tendo ocorrido, no Rio de Janeiro, desde a década de 1980, quando o futuro Mestre Darcy, do Jongo da Serrinha, organizava



espetáculos em casas famosas, como o Circo Voador (ver Abreu e Mattos, 2007). Neste caso, foi um trabalho ativo de uma comunidade jongueira tradicional no sentido de difundir o jongo para outros círculos, trazendo maior visibilidade para a prática. Desde então, o Jongo da Serrinha se tornou um grupo bastante inserido na dinâmica cultural da cidade, expressando um considerável grau de profissionalização, aliando a tradição ao mercado artístico (Simonard, 2005).

Existem rodas de jongo que expressam uma faceta intensificada do fenômeno da “espetacularização”, centrada nos aspectos de performance e espetáculo (Monteiro, 2015). Ainda que rememorem e dialoguem com as formas tradicionais do jongo, não são realizadas por comunidades jongueiras tradicionais, mas por novos atores que buscam difundir o jongo para a sociedade mais ampla. Quando se fala em “espetacularização” do jongo, portanto, é necessário atentar para a diversidade de realidades que o fenômeno abarca. Se alguns casos expressam um processo consolidado de inserção na dinâmica cultural da cidade - com distintos graus de vinculação à tradição -, os espetáculos realizados pela maioria das comunidades jongueiras apontam para um quadro distinto, com desafios específicos.

As comunidades jongueiras tradicionais no estado do Rio de Janeiro, em geral, realizam espetáculos em encontros e festas - tanto realizadas nas próprias comunidades e abertas ao público, quanto a partir de convites para se apresentar em diversos eventos. A adaptação da roda de jongo ao formato do espetáculo se consolidou, portanto, como uma prática das comunidades jongueiras, funcionando como ferramenta de difusão do Jongo/Caxambu e de trocas entre os grupos. Mestre Toninho (Quilombo São José da Serra), em uma interpretação com a qual os demais concordaram, foi bastante enfático, nas reuniões realizadas para a produção deste Parecer, acerca dos benefícios percebidos depois que o grupo passou a fazer apresentações para o público. Além de tornar o jongo conhecido e valorizado pela sociedade mais ampla, as apresentações também funcionam, a seu ver, como forma de conhecer e trocar com outros grupos.

Em uma perspectiva mais positiva sobre o processo de “espetacularização”, portanto, ela é vista não como uma ameaça, mas sim como um processo que dinamiza a tradição, valorizando-a ao torná-la reconhecida pelo público mais amplo, sem que isso signifique uma desvinculação às práticas tradicionais (Monteiro, 2015). Esta parece ser a interpretação da maior parte das/dos detentoras/es, que não veem as apresentações como uma ameaça à tradição. Somente um deles, Leonardo (Caxambu de Miracema), apontou para a necessidade de “*tomar cuidado para não perder a essência*”. Ainda que concordasse com os ganhos trazidos pelas apresentações, mencionados por outras lideranças, o cuidado a que se refere está relacionado a possíveis perdas tendo em vista a necessidade de adaptação das rodas de jongo ao formato de espetáculo - o formato da meia-lua; menor quantidade de participantes; limites de tempo; a ausência da fogueira.

Em que pese as discordâncias, há consenso no sentido de que as apresentações não substituem as rodas “de terreiro”, tradicionais, internas às comunidades, mas as complementam, difundindo o jongo para o público externo. Servem também como possibilidade de trocas entre os grupos, além de serem um meio de angariar recursos essenciais para a sua continuidade, contribuindo, assim, para a produção e reprodução do Bem Cultural. Tais recursos são utilizados para garantir a manutenção dos tambores, ou da sede, quando é o caso, ou, por exemplo, para a produção das indumentárias, sendo o restante geralmente dividido entre os membros.

É necessário atentar, porém, que a maioria dos grupos enfrenta diversos desafios para viabilizar as apresentações, em especial a escassez de recursos e, às vezes, a não liberação de espaços por parte dos poderes públicos locais - o que nesse caso pode, inclusive, inviabilizar não somente as apresentações, mas as rodas “tradicionais”, caso o grupo não possua sede própria. Os cachês são vistos como insuficientes e raras são as vezes em que o convite é feito com o oferecimento de um cachê que considerem justo. Nesse sentido, algumas comunidades se articularam para combinar entre si um valor fixo a ser cobrado pelas apresentações. Ao mesmo tempo, há o entendimento de que em alguns casos as apresentações devem ser gratuitas - por exemplo, quando ocorrem em escolas ou quando se trata de um evento cujo intuito é fortalecer outros grupos de jongo - sendo necessário, nesse caso, garantir o transporte e alimentação das/dos jongueiras/os.

De modo geral, a interlocução com o poder público local não é favorável para a maioria dos grupos, o que se torna especialmente desafiador para aqueles que dependem deste para a liberação

de espaços para a realização das rodas e apresentações. O grupo de jongo Tambores de Machadinha (Quissamã) é uma exceção positiva: Dalma, uma de suas lideranças, foi nomeada, desde 2015, para gerir o Memorial Machadinha, trazendo, em suas palavras, *“uma visão antirracista a um espaço que antes contava a história dos brancos”*. Tal inserção resultou em significativo apoio fornecido pela prefeitura de Quissamã.

Tendo em vista que a interlocução das comunidades com o poder público foi vista, à época do Registro, como um aspecto a ser promovido durante o processo de Salvaguarda, esta questão, bem como o acesso das comunidades jongueiras às instâncias de patrocínio e financiamento, será retomada no tópico seguinte, no qual buscaremos refletir sobre avanços, desafios e estratégias possíveis para a Salvaguarda do Jongo no Rio de Janeiro.

## VIII. Avaliação da Salvaguarda

### a) Iniciativas desenvolvidas pelas/os detentoras/es antes do Registro

Anteriormente ao Registro, as comunidades jongueiras se articulavam através dos Encontros de Jongueiros, ocorridos anualmente desde 1996 até 2006, com apoio institucional da Universidade Federal Fluminense (UFF), o que proporcionou as trocas entre os grupos e a transmissão de saberes para os mais jovens. Neste breve histórico, que não pretende ser exaustivo, buscamos destacar alguns temas surgidos no âmbito dos Encontros, que ajudam a refletir sobre o processo de Salvaguarda ocorrido após o Registro.

No I Encontro de Jongueiros, ocorrido no município de Santo Antônio de Pádua, noroeste do estado do Rio de Janeiro, participaram três comunidades. A partir do IV Encontro (1999), novas comunidades se juntaram e os Encontros passaram a integrar o eixo Rio - São Paulo (Pontão do Jongo/Caxambu, 2011). A Rede de Memória do Jongo foi criada no V Encontro, realizado em 2000 no município de Angra dos Reis - RJ. Segundo relatos retomados em Oliveira (2018), a perspectiva para o V Encontro era que o evento não consistisse somente nas apresentações dos grupos, mas que passassem a ser debatidos temas importantes para as comunidades jongueiras, como, por exemplo, a questão do acesso à terra. Naquela época, o Quilombo São José da Serra ainda não possuía a titulação de suas terras, e encontrou naquele evento uma oportunidade de apresentar às outras comunidades sua crítica à demora na titulação. Este Encontro, portanto, inaugura um caráter mais político dos Encontros, e a perspectiva era de que fossem formadas parcerias entre os grupos, que se fortaleceriam a partir disso (Oliveira, 2018). Além disso, inaugura-se um espaço de diálogo entre pesquisadores e jongueiras/os. É nesse contexto que, em 2001, tem início as pesquisas para o INRC do Jongo.

Em 2004, o IX Encontro, ocorrido no Circo Voador e na Fundação Progresso, com patrocínio da Petrobras, possuiu caráter de espetáculo, enfraquecendo sua dimensão social e política, o que gerou críticas entre as/os detentoras/es (Oliveira, 2018). Se, como menciona Oliveira (2018), e conforme já argumentamos neste Parecer, a dimensão de espetáculo sempre esteve presente nas celebrações das comunidades jongueiras - sendo as apresentações, com a presença de público externo, uma forma de difusão do jongo -, no IX Encontro *“o espetáculo se sobrepôs aos jongueiros e à intenção de encontro e troca entre eles”* (Oliveira, 2018: 65). Conforme já buscamos vislumbrar no tópico anterior, atualmente há uma percepção, entre as/os detentoras/es, de que os espetáculos são benéficos para o jongo, na medida em que o difundem para o público mais amplo, tornando-o reconhecido e valorizado. Talvez seja necessário diferenciar entre as *“apresentações”*, realizadas pelas/os detentoras/es como forma de difusão e de trocas entre os grupos, e *“espetáculos”*, que, dependendo do contexto - e, sobretudo, quando implicam em uma perda de autonomia das/dos jongueiras/os -, podem acabar por enfraquecer outras dimensões essenciais para as comunidades.

### b) O processo de Salvaguarda desenvolvido após o registro do Jongo no Sudeste como Patrimônio Imaterial

A própria titulação do Jongo como Patrimônio Cultural do Brasil ocorreu em um dos Encontros de Jongueiros - o X Encontro, realizado em 2005 em Santo Antônio de Pádua - RJ. Ao longo dos anos, outras comunidades se inseriram, de modo que nesta ocasião eram doze comunidades participantes: do Rio de Janeiro - Bracuí (Angra dos Reis), Santo Antônio de Pádua, Miracema, Barra do Piraí, Porciúncula, Quilombo São José da Serra (Valença), Quissamã, Jongo da Serrinha (Rio de Janeiro) - e de São Paulo - Campinas, Guaratinguetá, Pinheiral e Piquete (Oliveira, 2018).

Em 2006, foi realizada uma reunião, no Centro Nacional de Folclore e Cultura Popular (CNFCP/IPHAN), ao longo de dois dias, com a presença de lideranças de nove comunidades do Rio de Janeiro, cinco de São Paulo e uma do Espírito Santo, tendo sido produzido um diagnóstico sobre as principais demandas dos grupos. No final de 2007, no contexto do Programa Cultura Viva, realizado pelo Ministério da Cultura, o IPHAN passa a estabelecer parcerias para a implantação de Pontões de Cultura de Bens Registrados. Assim, entre 2008 e 2012, a Salvaguarda do Jongo no Sudeste ocorreu no âmbito do Pontão de Cultura do Jongo/Caxambu, criado através de convênios firmados entre o IPHAN e a Fundação Euclides da Cunha da Universidade Federal Fluminense (FEC/UFF). Este trabalho foi acompanhado e avaliado pelo Departamento de Patrimônio Imaterial, com a participação pontual do IPHAN-RJ em algumas reuniões e ações.

Ao longo de três Convênios firmados entre as instituições, conforme os relatórios, foram promovidas reuniões de articulação de lideranças jongueiras. Outras atividades realizadas no âmbito desses Convênios foram: assessoria a elaboração de projetos para participação das comunidades em editais; apoio a eventos nas comunidades; realização do prêmio do Pontão de Cultura. Foram também realizadas as seguintes oficinas: “desenvolvimento de documentário”, “elaboração de projetos e prestação de contas”, “identidade negra”, “memória, história oral e educação patrimonial”, “registro em áudio e vídeo”, “jovens lideranças jongueiras”.

Foram também realizados seminários com a participação de escolas públicas e comunidades jongueiras, visando a formação de professores em uma perspectiva antirracista. A coletânea “O Jongo na Escola”, composta por 09 documentários produzidos por diferentes parceiros junto às comunidades jongueiras, acompanhados de artigos sobre as temáticas abordadas nos filmes, foi produzida e distribuída como material pedagógico. Além desta coletânea, foram produzidos o livro “Pelos Caminhos do Jongo” e o “calendário das comunidades jongueiras”.

Destaca-se também que em 2011 foi instituído o Dia Estadual do Jongo no Rio de Janeiro, celebrado em 26 de julho, dia de Sant’Ana e de Nanã - entidade mais velha do candomblé. Na ocasião, houve um evento comemorativo, com debates e roda de jongo com a participação de comunidades jongueiras do estado (IPHAN, 2018). Durante alguns anos seguintes, ocorreram neste dia grandes comemorações como a citada.

A partir de 2013, a Salvaguarda do Jongo no Sudeste passou a ser executada pelas Superintendências. No Rio de Janeiro, desde então são realizadas reuniões trimestrais de articulação das lideranças jongueiras, com duração de três dias (sexta a domingo), com o apoio do IPHAN para transporte, hospedagem e alimentação. Em 2017 as lideranças trouxeram a demanda de realizar as reuniões de salvaguarda em seus municípios, a fim de fortalecer a relação com o poder público municipal. Em março de 2018 foi realizada a reunião de salvaguarda em Vassouras, da qual participaram o Prefeito de Vassouras e o Subsecretário de Cultura, e em agosto de 2018 a reunião de salvaguarda foi realizada em Arrozal, com a participação de um representante da Prefeitura de Piraí. A Superintendência do Iphan-RJ buscou fortalecer a articulação com as prefeituras, através da participação em solenidades que instituíram os Dias Municipais do Jongo em Pinheiral e Arrozal; da participação em um seminário sobre o Jongo como Patrimônio Imaterial na Câmara Municipal de Barra do Piraí; em reunião com a Prefeitura de Miracema e o Caxambu de Miracema, para discutir a possibilidade de cessão de um terreno para construção da sede do grupo; e em reunião com a prefeitura de Quissamã e o Grupo de Jongo Tambor de Machadinha, para discutir questões ligadas à posse fundiária do Quilombo da Fazenda Machadinha (IPHAN, 2018).

Em 2014, foi realizado, pelo Departamento de Patrimônio Imaterial do IPHAN, o XIV Encontro de Jongueiros, ocorrido em São José dos Campos - SP. Na ocasião, eram 22 comunidades

participantes, já abarcando dois grupos do Espírito Santo e uma comunidade jongueira de Minas Gerais. Note-se que os Encontros passaram a ocorrer pontualmente, não se caracterizando uma continuidade dos Encontros de Jongueiros, tal como vinham sendo realizados anteriormente ao Registro. O próprio aumento na quantidade de grupos participantes levou a um incremento na estrutura necessária para a realização desses Encontros, de modo que sua continuidade se viu abalada pela escassez de recursos. Oliveira (2018) nota que a necessidade de patrocínio externo geralmente levou a uma perda de autonomia das/dos detentoras/es, o que muitas vezes resultou em uma quebra de expectativa em relação ao modo como eram organizados os Encontros - por exemplo, no IX Encontro (2004), realizado com patrocínio da Petrobras, como citado anteriormente.

Os grupos passaram a realizar encontros menores, de âmbito regional, expressando um novo formato dos Encontros de Jongueiros (Oliveira, 2018), buscando suprir a necessidade de intercâmbio entre as comunidades e de difusão do jongo. Nesse sentido, as comunidades jongueiras do Vale do Café realizaram em 2013 o I Encontro de Comunidades do Jongo do Vale do Café, em Pinheiral - RJ. No Rio de Janeiro, em 2015 (com apoio do IPHAN-RJ) e 2016, ocorreram o I e II Encontros de Caxambueiros do Norte, Noroeste e Zona da Mata Mineira. Também ocorreram encontros no Espírito Santo (Cachoeiro de Itapemirim, São Matheus, Alegre) e em Belo Horizonte (MG).

Em 2015, o IPHAN-RJ reimprimiu o fichário “O Jongo na Escola”, tendo distribuído 150 exemplares a cada comunidade jongueira, com o objetivo de que estas repassassem o material ao público participante dos eventos que organizam. Em 2016/2017, foi produzido um folder com o histórico das comunidades jongueiras no Rio de Janeiro, tendo sido publicados 1.500 exemplares para distribuição nas comunidades (IPHAN, 2018). Por fim, em 2017 o IPHAN-RJ viabilizou a gravação de um CD duplo com a participação de onze comunidades jongueiras do estado, intitulado “O jongo do Rio de Janeiro”, lançado na Marina da Glória, na ocasião de sua entrega ao público após a recuperação de sua esplanada, pós-Olimpíadas, em evento organizado em parceria com a prefeitura do Rio de Janeiro e a concessionária da Marina da Glória. Estiveram presentes quinze jongueiras/os de cada grupo participante da gravação do CD, totalizando cerca de 170 detentoras/es.

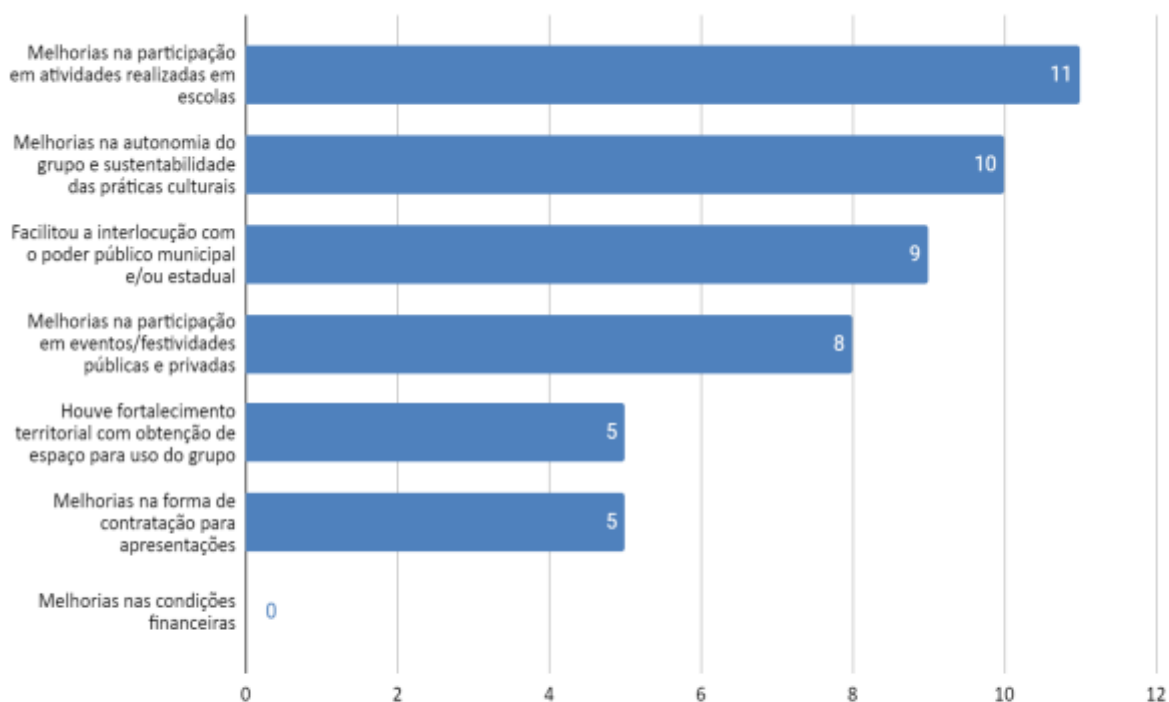
No Anexo II, disponibilizamos algumas fotos da gravação e do lançamento do CD duplo 2 “O Jongo do Rio de Janeiro”, bem como de algumas Reuniões de Articulação de Lideranças Jongueiras. Através do link <[https://drive.google.com/drive/folders/10E5mkcRw67Ql7lse67\\_Vj3WOJ8wvoOZi?usp=sharing](https://drive.google.com/drive/folders/10E5mkcRw67Ql7lse67_Vj3WOJ8wvoOZi?usp=sharing)> podem ser acessadas outras fotos do acervo da Assessoria de Patrimônio Imaterial do IPHAN-RJ.

### c) Avaliação da Salvaguarda e recomendações para ações futuras

Em 2006, foi realizado, conforme já mencionado, no Centro Nacional de Folclore e Cultura Popular (CNFCP), um seminário cujo intuito foi iniciar os debates sobre o Plano de Salvaguarda do Jongo no Sudeste. Na ocasião, foi produzido um diagnóstico, retomado no Plano de Salvaguarda produzido em 2011 no âmbito dos Convênios com o Pontão de Cultura do Jongo/Caxambu. Retomando tal diagnóstico, passamos a refletir sobre o que consideramos os maiores avanços alcançados no processo de Salvaguarda realizado até o momento, bem como os desafios que persistem, buscando sistematizar algumas recomendações para ações de salvaguarda futuras.

O gráfico abaixo, elaborado a partir das respostas ao questionário aplicado, aponta para a percepção das/dos jongueiras/os acerca dos benefícios trazidos pelo Registro do Jongo no Sudeste, bem como dos desafios que persistem:

## O Registro do Jongo como Patrimônio Imaterial trouxe como benefícios:



(n=14)

Fonte: Elaborado pela equipe técnica de Patrimônio Imaterial do IPHAN-RJ, a partir de questionário aplicado a comunidades jogueiras (2021)

### *Maiores avanços*

Identificamos alto grau de conscientização, tanto das comunidades, quanto da sociedade mais ampla e dos poderes públicos, acerca da importância do Registro do Jongo como Patrimônio Imaterial. Além disso, as trocas frequentes entre os grupos do Rio de Janeiro, ao longo dos anos, e com alguns grupos de Minas Gerais de municípios fronteiriços ao Rio de Janeiro, aponta para um elevado grau de conhecimentos sobre as semelhanças e diferenças entre os grupos do estado. Os grupos possuem consciência bastante clara sobre as transformações ocorridas, mas também, sobre o que consideram importante de se manter como tradição.

Visualizamos, também, uma grande autonomia das comunidades jogueiras nos processos educativos de transmissão de saberes para os mais jovens. O processo de formação de jovens lideranças, que já se vislumbrava na época do Registro, se fortaleceu ao longo do processo de Salvaguarda.

As/os detentoras/es entendem que, ao longo do processo de Salvaguarda, o jongo se tornou mais conhecido e valorizado pela sociedade mais ampla. O fenômeno da “espetacularização”, que gerava críticas à época do Registro, é atualmente visto como parte desse processo positivo de maior visibilidade e reconhecimento do jongo, o que leva a um aumento na autoestima das comunidades. No Rio de Janeiro, a produção do CD duplo “O Jongo do Rio de Janeiro” também contribuiu para esse processo.

### *Maiores desafios*

Com algumas exceções, os grupos, em geral, mencionam a persistência de dificuldades na interlocução com os poderes locais. Por isso, **é necessário que o IPHAN insista na atuação no sentido de viabilizar o diálogo entre as prefeituras e os grupos de jongo, de modo a garantir o repasse de recursos,**

a continuidade e ampliação do apoio local, a despeito do caráter transitório das administrações locais. As/os detentoras/es seguem apontando a dificuldade de apoio para os grupos se apresentarem, de modo que esta é uma demanda a ser priorizada após a Revalidação, o que poderia ser alcançado através da intensificação do diálogo com as prefeituras. Do mesmo modo, tal diálogo é necessário no sentido de garantir que todos os grupos tenham locais para reuniões, rodas e ensaios, o que é essencial para a produção e reprodução do Bem Cultural.

Consideramos que houve avanço na presença do jongo nas escolas, muitas vezes por iniciativa dos próprios detentores - o que expressa sua autonomia -, com o apoio do material didático produzido no âmbito dos Convênios com o Pontão de Cultura do Jongo/Caxambu, e reimpresso posteriormente pelo IPHAN-RJ. Porém, é necessário destacar a preocupação das/dos jongueiras/os com a intolerância religiosa e o racismo dentro das escolas, que às vezes os desmotiva a darem continuidade a oficinas e apresentações nesses espaços. Assim, **seria importante vislumbrar ações voltadas para a educação antirracista e de valorização da cultura afro-brasileira, com foco em profissionais da educação.** Esse tipo de ação já foi realizado anteriormente no âmbito dos Convênios do Pontão de Cultura do Jongo/Caxambu, às vezes com a presença do IPHAN-RJ, mas há necessidade de retomá-las, em consonância com as leis 10.639/03 - que institui o ensino da Cultura Afrobrasileira nas escolas - e 12.288/10 - que cria o Estatuto da Igualdade Racial.

Identificamos, também, que persiste a preocupação com as/os jongueiras/os mais velhas/os, no que se refere ao acesso à saúde e a dificuldades financeiras. Em 2006, uma sugestão apresentada foi a viabilização de uma renda vitalícia para os Mestres. Nas reuniões realizadas para a produção deste Parecer, identificamos que esta é uma demanda que persiste entre as/os detentoras/es. **Seria necessário, após a Revalidação, realinhar as expectativas e identificar possíveis estratégias relativas às dificuldades financeiras das/dos Mestras/es mais velhas/os. Tendo em vista que a resolução desses problemas extrapola a competência legal do IPHAN, seria necessário pensar em políticas intersetoriais, incentivando ações nos âmbitos estadual e municipais.** Além disso, as/os detentoras/es destacaram que, atualmente, o Pontão de Cultura do Jongo/Caxambu atua somente junto a jovens lideranças, o que reforça suas demandas por uma maior atenção às/aos mestras/es mais velhas/os.

Por fim, pode-se mencionar como um desafio da Salvaguarda do Jongo no Sudeste a falta de ações conjuntas das Superintendências, o que possibilitaria as trocas entre os grupos dos diferentes estados do Sudeste e também a troca de experiências entre os técnicos nesses quatro estados, no tocante às ações de salvaguarda desse Bem.

#### *Ações de Salvaguarda que demandam continuidade*

A seguir, passamos a refletir sobre alguns temas em torno dos quais houve avanço, porém ainda existem demandas por parte das/dos detentoras/es.

Consideramos que, hoje, após o processo de Salvaguarda realizado, há maior espaço de intercâmbio entre as/os mestras/es, sobretudo nas reuniões de lideranças jongueiras realizadas pelo IPHAN-RJ. Porém, identificamos que persiste a preocupação por uma maior valorização das/dos mestras/es mais velhas/os. **Uma possibilidade, a ser dialogada com as/os detentoras/es após a Revalidação, é o registro de depoimentos e histórias de mestres antigos, um tipo de ação que já desenvolvemos com outros Bens Culturais Registrados.**

Ao longo do processo de Salvaguarda, houve também avanços na produção de materiais sobre o jongo, incluindo a gravação do CD duplo "O Jongo do Rio de Janeiro", o material didático "O Jongo Na Escola", além de documentários e folders informativos sobre o Bem Cultural. Foram produzidos, pelo IPHAN-RJ, banners com o histórico de cada comunidade, bastante utilizados nas apresentações dos grupos. Os banners e folders foram produzidos a partir da criação de uma identidade visual do Bem Cultural. **As/os detentoras/es gostariam, porém, de ter acesso a novos materiais, atualizados, de modo que pode-se prosseguir com esse tipo de ações de salvaguarda.** Além disso, ainda que, atualmente, as/os detentoras/es não façam críticas ao fenômeno de espetacularização do jongo e não apresentem

preocupações nesse sentido, identificamos a demanda de que o público mais amplo conheça o jongo para além de seu caráter de espetáculo. Consideramos, nesse sentido, que as ações relativas à produção de material sobre o jongo podem auxiliar na difusão dos aspectos tradicionais e religiosos para o público mais amplo. **Consideramos relevante também a concepção de espaços como seminários e oficinas, onde os grupos possam debater continuamente, entre si, sobre diversos aspectos de transformações do jongo, de modo a garantir um processo reflexivo constante sobre tais transformações. O tema do racismo e intolerância religiosa também merece a criação desses espaços de trocas entre as/os jongueiras/os, e de conscientização de seus direitos.**

Houve significativo avanço na autonomia dos grupos em obterem recursos através da participação em editais. Porém, **a dificuldade de acesso a recursos suficientes ainda é uma realidade para muitos grupos, de modo que há necessidade de continuidade no apoio e capacitação para obtenção de recursos.**

Por fim, o intercâmbio entre as lideranças se manteve e fortaleceu ao longo do processo de Salvaguarda, com relatos das/os detentoras/es de que os grupos do estado se visitam em ocasiões de celebrações. Porém, todos os grupos enfatizam a necessidade de encontros mais frequentes, tendo em vista que os Encontros de Jongueiros não tiveram sua continuidade assegurada. Assim, **seria necessária a garantia de recursos financeiros para a promoção de encontros mais frequentes entre os grupos.**

\*\*\*

Em resumo, é possível apresentar os seguintes temas como prioritários, na medida em que são as questões que podem ameaçar a produção e reprodução do Bem Cultural: articulação com os poderes públicos locais; combate ao racismo e intolerância religiosa; garantia de espaço e infra-estrutura; disponibilização de recursos para apoio a festas e eventos organizados pelas comunidades; garantia de adequadas condições de vida dos mestres mais velhos.

Além disso, há alguns temas que, apesar dos avanços, merecem atenção: valorização dos saberes das/dos mais velhas/os; atualização dos materiais de difusão existentes; continuidade da capacitação para participação em editais de fomento; e aumento da frequência de encontros, seminários e oficinas.

Destacamos, por fim, que, posteriormente à Revalidação, será de extrema importância rever, junto às/aos detentoras/es, em reuniões presenciais, o Plano de Salvaguarda do Jongo no Sudeste, verificando a necessidade de atualizá-lo ou de se criar um novo Plano, de maneira a alinhar as expectativas em relação à Política de Salvaguarda do Jongo no Rio de Janeiro.

## **IX. Conclusão**

Diante do acima exposto, constatamos que se mantêm, em relação ao Jongo no estado do Rio de Janeiro, a consciência de um vínculo histórico e de um repertório de referências culturais compartilhadas que se transmite dentro do grupo e por meio do qual as/os jongueiras/os demarcam suas fronteiras simbólicas. As transformações ocorridas são indicativas da vitalidade do Bem Cultural e da continuidade de sua produção e reprodução. As ações de apoio e fomento implementadas contribuíram para o fortalecimento do Bem Cultural, ao mesmo tempo em que persistem algumas fragilidades, que apontam para a necessidade de permanência e intensificação das ações de salvaguarda.

Assim, **indicamos a pertinência da manutenção do título de Patrimônio Cultural do Brasil para o bem cultural Jongo no Sudeste.**

Este é o parecer.

## **Referências bibliográficas**

ABREU, Martha. e MATTOS, Hebe. "Jongos, registros de uma história". In: LARA, S. & PACHECO, G. (org.). **Memória do Jongo**. As gravações históricas de Stanley J. Stein. Vassouras, 1949. Rio de Janeiro/Campinas, Folha Seca/Cecult, 2007. Disponível em: [https://www.cecult.ifch.unicamp.br/pf-cecult/public-files/publicacoes/101/memoria\\_do\\_jon\\_go.pdf](https://www.cecult.ifch.unicamp.br/pf-cecult/public-files/publicacoes/101/memoria_do_jon_go.pdf) Último acesso em 02 de setembro de 2021.

ABREU, Martha; MATTOS, Hebe (orgs.) **Pelos caminhos do Jongo/Caxambu**: Histórias, memória e patrimônio. Niterói: UFF. NEAMI, 2008. Disponível em: [http://www.pontaojongo.uff.br/sites/default/files/upload/pelos\\_caminhos\\_do\\_jongo.pdf](http://www.pontaojongo.uff.br/sites/default/files/upload/pelos_caminhos_do_jongo.pdf) Último acesso em 02 de setembro de 2021.

BRASIL. **Lei nº 10.639**, de 09 de janeiro de 2003. Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira", e dá outras providências. Brasília, 2003. Disponível em [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/2003/110.639.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/110.639.htm) Último acesso em 06 de setembro de 2021.

CARMO, Ione Maria do. "**O caxambu tem dendê**": Jongo e religiosidades na construção da identidade quilombola de São José da Serra. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-graduação em História da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2012. 133 p. Disponível em: [http://www.unirio.br/cch/escoladehistoria/pos-graduacao/ppgh/dissertacao\\_ione-do-carmo](http://www.unirio.br/cch/escoladehistoria/pos-graduacao/ppgh/dissertacao_ione-do-carmo) Último acesso em 06 de setembro de 2021.

DPI/IPHAN. **Dossiê 5 - Jongo no Sudeste**. 2007. 92 p. Disponível em: [http://portal.iphan.gov.br/uploads/publicacao/PatImDos\\_jongo\\_m.pdf](http://portal.iphan.gov.br/uploads/publicacao/PatImDos_jongo_m.pdf) Último acesso em 09 de setembro de 2021.

IPHAN. **Saberes, Fazeres, Gingas e Celebrações**: Ações para a Salvaguarda de Bens Registrados como Patrimônio Cultural do Brasil 2002-2018. Brasília - DF: IPHAN, 2018. 359 p.

MATTOS, Hebe; ABREU, Martha. "**Remanescentes das Comunidades dos Quilombos**: memória do cativo, patrimônio cultural e direito à reparação". In: Revista Iberoamericana (Madri), 42. P.147-160, 2011. Disponível em: . Último acesso em 02 de setembro de 2021.

MONTEIRO, Lais Bernardes. **Diálogos entre tradição, memórias e contemporaneidade**: um estudo sobre o Jongo da Lapa. Dissertação de Mestrado (Memória Social). Programa de Pós-Graduação em Memória Social da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2015. 229 p.

OLIVEIRA, Maria Luiza Dias. **Os Encontros de Jongueiros**: Identidade e Articulação do Jongo. Dissertação de Mestrado (História). Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal Fluminense. Niterói, 2018. 128 p.

PASSOS, Mailsa Carla. **O jongo, o jogo, a ong**: um estudo etnográfico sobre a transmissão da prática cultural do jongo em dois grupos no Rio de Janeiro. Tese de Doutorado. Programa de Pós-graduação em Educação da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, 2004.

PEREZ, Carolina dos Santos Bezerra. **Juventude, música e ancestralidade no jongo**: som e sentidos no processo identitário. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-graduação em Educação da Universidade de São Paulo, 2005.

PONTÃO DE CULTURA DO JONGO/CAXAMBU. **Plano de Salvaguarda do Jongo no Sudeste**. Rio de Janeiro, 2011. Disponível em: [http://www.pontaojongo.uff.br/sites/default/files/upload/plano\\_de\\_salvaguarda\\_versao\\_final](http://www.pontaojongo.uff.br/sites/default/files/upload/plano_de_salvaguarda_versao_final) Último acesso em: 16 de setembro de 2021.

SIMONARD, Pedro. **A construção da tradição no Jongo da Serrinha**: uma etnografia visual do seu processo de espetacularização. Tese de Doutorado (Ciências Sociais). Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: 2005. 174 p.



Técnica I - Ciências Sociais

**Marcell Machado dos Santos**

Técnico I - Ciências Sociais

**Mônica da Costa**

Técnica III - Museóloga



Documento assinado eletronicamente por **Leticia Ribeiro, Técnico I**, em 06/10/2021, às 17:27, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Marcell Machado dos Santos, Técnico I**, em 06/10/2021, às 17:28, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Monica da Costa, Técnico**, em 06/10/2021, às 17:30, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.iphan.gov.br/autenticidade>, informando o código verificador **3013710** e o código CRC **78214EE3**.

**Referência:** Processo nº 01450.001872/2021-92

SEI nº 3013710